

MÁQUINA ESTATAL E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO MST/PI

Lucineide Barros Medeiros

Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

No Brasil, a promulgação da Constituição de 1988 representa um marco na relação entre Estado e Movimentos Sociais, especialmente em razão da possibilidade da ocupação de espaços nos organismos estatais, propondo políticas, programas e ações concretas voltadas para a satisfação de seus interesses e exigindo a sua execução na forma de políticas públicas. Adicione-se isso a atitude questionadora do papel do Estado e da qualidade da representação política via mecanismos formais, postura que interpela não apenas a função estatal e de governos, mas também os procedimentos internos à sua máquina.

Desse modo, o momento atual vivenciado pelo Estado brasileiro combina práticas da democracia participativa, com políticas de cunho liberal ou neoliberal, cujo exemplo típico é a transferência para a iniciativa privada não lucrativa ou terceiro setor dos serviços sociais, científicos, culturais e educacionais determinados no Plano de Reforma do Estado. Essa democracia participativa levou os movimentos sociais a uma postura propositiva diante do Estado, apresentando Projetos à agenda social estatal, sendo um deles o Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos do Campo, aprovado em 2004, num processo de negociação que envolveu Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado do Piauí (FETRAF) e o Estado, através da Secretaria Estadual de Educação.

Definiu-se que a execução do Projeto de Escolarização, no interior da máquina estatal deveria realizar-se, com base no acordo final firmado entre os sujeitos envolvidos que instituíram como instância de controle da execução um Colegiado Estadual, formado pelas partes.

O funcionamento da máquina estatal, como ambiente executor do Projeto de Escolarização é o foco neste ensaio. A máquina estatal, aqui referida, encarna a racionalidade típica do Estado Moderno e tem o sentido de multiplicidade de coisas que se relacionam entre si, gerando complexidade e enredamento.

Na construção analítica considera-se que a execução do Projeto de Escolarização pela máquina estatal é um terreno permeado por uma diversidade de fatores que

correspondem à dinâmica da sociedade e que, neste contexto, não serão alcançados nas suas particularidades mais tomados, em síntese, como definidores do modo de produção das políticas públicas sociais originárias nas reivindicações populares quando o Estado busca de um lado busca atender às exigências neoliberais (ser mínimo para as políticas sociais) e de outro lado atender às demandas populares (postas no contexto do controle social), como forma de legitimação.

O MST enquanto sujeito proponente de políticas tem a sua atuação situada no campo dos movimentos sociais, categoria definida analiticamente por Melucci (1989, p. 57) como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) que desenvolve um conflito, (c) e rompe com limites do sistema em que ocorre a ação. Ilse Sherrer-Warren (1989), por sua vez, atribui a eles elementos conceituais relativos a uma práxis transformadora, que seja um projeto, uma ideologia e uma direção.

Desse modo os movimentos sociais atuam na condição de portadores de novos arranjos de sociabilidade, componentes de um projeto de mudanças em que a educação ganha lugar de destaque. Segundo está em Molina e Jesus (2004, p. 11), Miguel Arroyo destaca que “o Movimento avança na consciência de uma educação como direito público, que se contrapõe a uma educação rural que reproduz o uso privado do que é público e atrela a educação ao mercado”. Neste contexto,

as famílias sem-terra mobilizaram-se (e mobiliza-se) pelo direito à escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse a diferença e tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura (preocupação com os filhos). As primeiras a se mobilizar, lá no início da década de 80, foram as mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do Movimento; aos poucos as crianças vão tomando também lugar, e algumas vezes à frente, nas ações necessárias para garantir sua própria escola, seja nos assentamentos já conquistados, seja ainda nos acampamentos. Assim nasceu o trabalho com educação escolar no MST (CALDART, 2000, p. 44)

No entanto, a educação como direito público dos povos do campo representa uma demanda que, a exemplo de outras, para ser inscrita nos espaços formais de produção das políticas públicas, exigiu do MST o aprendizado de uma postura propositiva e, por vezes, de parceria. Ricci (2001) adverte que

a estrutura burocrática pode ser compreendida como elementos da constituição dos movimentos sociais do século XX. A natureza da organização burocrática fragmentou as demandas sociais e as formas de expressão e encaminhamento de demandas, em virtude da forte simbiose que se estabelece entre populações demandantes e agências estatais de

atendimento social, visto que a intervenção do Estado gerou uma relação individual com as agências do Estado, desmobilizando a organização de demandas coletivas ou fragmentando-as em ações de grupos de interesse específico, à imagem e semelhança da estrutura burocrática estatal, fragmentada, por seu turno, em agências especializadas.

Pagoto (2006) afirma os movimentos sociais só se mostram capazes de manterem a sua vitalidade por atuarem criativamente também fora do espaço político institucional sem, ao mesmo tempo, se negarem à participação institucional e que, desse modo, a participação não significa, necessariamente, acanhamento, pequenez ou apatia política, mas recuperar práticas populares de ruptura com a clausura política que lhes é imposta pelos dominantes.

Verifica-se, portanto, que a atitude participativa implica na definição de estratégias e, neste sentido, o MST adota práticas como a da formação de grupos militantes organizados dentro das próprias instituições tecnocráticas, com a atribuição de construir internamente a agenda do Movimento, opondo-se a procedimentos comumente por elas adotados e, ao mesmo tempo, conquistando novos espaços de poder. Esta atitude não significa, em primeira instância, a “tomada” do Estado pela substituição de dirigentes, nem a construção de uma estrutura paralela, mas um certo aperfeiçoamento da existente pela via democrática da intervenção, motivada pelo quadro de embaraços burocráticos e pela exclusão dos interesses populares por mecanismos difíceis de serem alcançados pelo Movimento a partir do ambiente externo à máquina estatal.

A demanda apresentada pelo MST no bojo do Projeto de Escolarização teve como objetivo o atendimento de trabalhadores do campo, em nível de ensino fundamental (1.219 e 850, no 1º ciclo e 2º ciclo, respectivamente), além da capacitação continuada de 115 monitores para o exercício da docência nas séries iniciais desse ensino em 75 áreas de Acampamentos ou Assentamentos do Estado do Piauí e foi executado como uma das ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (RONERA) que adota a perspectiva pedagógica dos movimentos camponeses, denominada Educação do Campo¹.

Offe (1984, p. 210) destaca que a estrutura administrativa posta em funcionamento para a realização das políticas se configura no modo de operação relativo

¹ Segundo Fernandes e Molina (2004, p. 64), “a Educação do Campo pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festa e seus conflitos. [...] Nasceu em julho de 1997, quando da realização do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA”.

a certo esquema normativo dos procedimentos realizados na máquina estatal. As operações por ela realizadas ocorrem, geralmente, de modo politicamente reservado, ao longe da intervenção dos movimentos sociais, apesar da ampliação, nos últimos tempos, dos espaços de intervenção destes movimentos em relação às ações do Estado.

O Estado para Claus Offe (1984, p. 15-30)², permite, por meio da sua organização burocrática, ajustar, de forma flexível, medidas político-sociais às exigências da economia de mercado, de modo que a política social não é mera “reação” do Estado aos “problemas” da classe operária, nem se limita a oferecer serviços, mas também controla o uso adequado dessa prestação. Isso se dá porque, segundo Claus Offe (1984, p. 163), a máquina estatal procura, a um só tempo, praticar e tornar invisível o seu caráter de classe, caso em que, por meio da burocracia, apresenta-se como fator delimitador do espaço de intervenção dos Movimentos Sociais, aliado ao fato de estes, comumente, após transformarem suas reivindicações em demandas de Estado, entregarem-nas aos burocratas, para implementação, passando então a acompanhar um trâmite processual em geral pouco conhecido e quase nunca questionado.

A reorganização da estrutura burocrática ganha importância no contexto da crise do Keynesianismo, a qual, para Dupas, citado por Salermo (2005), é, na verdade, a crise de administração de demanda, porquanto “quando há sinais de insuficiência de capital e políticas voltadas à eliminação do hiato entre produção corrente e produção potencial não mais fornecem solução [...] surgem, então, tentativas de substituir políticas de demandas por outras de oferta”.

A demanda de oferta, neste caso, se encontra mais no contexto da política econômica do que da política social e, quanto a isso, Salermo (2005) destaca que os conceitos de política social e política econômica são geralmente tratados isoladamente, embora guardem entre si uma relação intrínseca e indissociável, de modo que se pode afirmar a não existência de política social sem política econômica. No entanto, o inverso tem sido possível, principalmente nos países periféricos, com políticas econômicas discutíveis e sem formulação de políticas sociais, que são estratégias governamentais num determinado período da história, em geral situados no contexto neoliberal.

No Brasil, o Estado neoliberal foi institucionalmente concebido, no contexto do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, cuja implantação foi coordenada pelo

² A despeito das divergências teóricas quanto à definição de políticas sociais, é importante ressaltar que Claus Offe analisa o Estado de Bem – Estar e as políticas sociais no contexto europeu, em que os ganhos sociais ampliaram as condições de vida da maioria da população, ao passo que no contexto brasileiro, os ganhos, para a maioria, não atingiram um patamar capaz de elevar a qualidade de vida, com o provimento de serviços sociais.

então ministro da Administração e Reforma do Estado – MARE, Bresser Pereira, no governo de Fernando Henrique Cardoso³. Bresser atribuiu ao Estado as causas da crise que atingiu o capitalismo mundial e, com isso, justificou a necessidade de reforçar a sua capacidade de governabilidade através da “transição programada de um tipo de administração pública, burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento da cidadania” (BRASIL, 1995b, p. 12). O tipo de administração pública pretendida, a gerencial, tem como estratégias a definição precisa dos objetivos e a autonomia do administrador para gerir recursos humanos, materiais e financeiros.

Peroni (2003, p. 59) afirma que, apesar de o documento eleger a administração a ser implantada, os três tipos (patrimonialista, burocrática e gerencial) convivem entre si no sentido de que nenhuma delas foi inteiramente abandonada. Ou seja, coexistem os três tipos, apesar da nova racionalidade, formalmente impressa na máquina de Estado, de sorte que se verifica na prática cotidiana, uma enorme dificuldade de realização, nas unidades federativas, das diretrizes propostas no Plano Diretor da Reforma do Estado.

No caso do Piauí, uma das dificuldades diz respeito ao modo como foi constituída a sua organização política. Percebe-se, assim, que não é possível discutir o funcionamento da máquina estatal considerando apenas o modelo dominante de administração gerencial porque, independentemente do grau de autonomia de cada unidade federada, há de se ter em conta a história e as configurações que lhes são particulares.

A máquina do Estado do Piauí, apesar da Reforma do Aparelho de Estado brasileiro, permaneceu com a mesma configuração até 2003, de modo que as mudanças nela impostas foram ocasionadas pela instalação de um governo⁴ que, por sua vez, enviou à Assembléia Legislativa a proposta de Lei Complementar dispendo sobre a Lei Orgânica da Administração Pública. Nessa reforma administrativa (aprovada na Lei nº 028, de 9 de junho de 2003), foram criadas novas secretarias e coordenadorias, como Secretaria das Cidades, Secretaria do Agronegócio, Coordenadoria de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome e Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, as últimas na condição de órgãos de assessoramento imediato ao

³ De acordo com Petras e Veltmeyer (2001, p. 12), “coube a um ex-marxista que virou social-democrata fazer o que os políticos capitalistas convencionais-tradicionais eram incapazes de fazer – provocar uma ruptura com o legado nacionalista estatal do Brasil e impor um modelo neoliberal de longo alcance.”

⁴ Em 2001 foi eleito, no Piauí, o governador Wellington Dias, sendo o único governo do Nordeste comandado pelo Partido dos Trabalhadores. Apesar de uma história de atuação nos movimentos sociais, especialmente no Movimento Sindical, elegeu-se ele por uma composição de forças que incluía setores do PMDB e do PSDB, sob a crítica de várias lideranças dos movimentos sociais do Estado.

governador. Nesta estrutura, as unidades administrativas foram assim organizadas: Gabinete do Secretário ou do Coordenador, diretor de gestão interna, unidades de diretorias, gerências, coordenações, supervisões, assessoria técnica e assistências de serviços.

No ano seguinte, em 2004, o governo propôs à Assembléia Legislativa outra Lei Complementar (nº 042 de 2/8/2004), alterando dispositivos da Lei Complementar nº 28. Desta feita, foram excluídas algumas das Secretarias e Coordenadorias recentemente criadas e outras sofreram fusão, de modo que o Estado deixou de ter 22 e passou a ter 13 secretarias. Na nova configuração, a SEDUC ficou com o Secretário, 2 superintendentes de Gestão, 3 assessores técnicos, 2 assistentes de serviços, 7 diretores de unidades, 23 gerentes, 43 coordenadores e 4 supervisores.

A primeira reforma, no Piauí, foi feita sob o argumento da organização do Estado e a segunda sob o da diminuição de gastos, embora a oposição afirmasse que haviam diminuído as secretarias e aumentado o número de gratificações para cargos de direção. No documento “Diagnóstico dos Cem Dias da Administração Estadual” são apresentados elementos de caracterização, segundo a visão do governante sobre a máquina do Estado do Piauí:

A maioria dos órgãos em condições precárias de funcionamento da administração: com contas de água, luz e telefone atrasadas e com dificuldades de operar equipamentos de informática e de transportes e, também, abundância de problemas de estrutura física dos prédios. Finanças públicas: situação de dependência financeira do Estado, Fundo de participação dos Estados (FPE) representa algo em torno de 2/3 da receita corrente líquida (RCL) estadual, portanto a receita própria do Piauí - composta em 93% de recursos do ICMS - responde apenas por cerca de 30% da RCL. Na despesa, os encargos financeiros com o serviço da dívida comprometem 22% das receitas e perfazem um volume total de débitos da ordem de 2,8 bilhões. A arrumação da casa tornou-se uma tarefa imprescindível e tem sido a principal preocupação no primeiro período. Quanto ao funcionalismo, desde 1990 - em alguns casos e desde 1980 em outros não foram realizados concursos públicos para preenchimento de vagas, sem falar das carreiras indeterminadas, confusão nos critérios de promoção, defasagem de qualificação, necessidade de novas habilidades e capacidades gerenciais, que surgem das demandas do Estado, dando visibilidade à incapacidade gerencial do Estado (PIAUI, 2003).

As informações do documento mostram dados que, desprovidos de análise, não revelam as intenções contidas na atitude denominada “arrumar a casa”. Mas, ao se olhar

o contexto geral do Estado, verifica-se, em algumas medidas relativas a setores, atitudes mais próximas ao modelo gerencial, quando comparadas com outras: por exemplo, ao tempo em que o secretário de Educação do Piauí destacou um quadro de atraso, o secretário de Fazenda anunciou um Projeto de Modernização da sua Pasta.

Não é fácil navegar numa montanha de papéis. Cerca de 28 mil processos em sete meses, ou seja, 4 mil por mês ou 200 por dia; e ainda: centralização, indefinição de fluxogramas, ausências de manuais de operação, baixo índice de informatização, capacitação insuficiente de pessoas. O secretário de Educação se vê transformado em um burocrata (PIAUI, 2003, p. 08).

O governo do Piauí implementa o Projeto de modernização administrativa que implica em reforma de imóveis de agências de atendimento e postos fiscais, de aquisição de móveis, veículos e equipamentos de informática, treinamento e capacitação de servidores e investimento na área de consultoria e fiscalização. Foi também criado o Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária – FUNDAT e aprovado o novo organograma da Secretaria, com destaque para a Superintendência de Receita, Superintendência de Despesa e diretorias de unidades, na presença de várias autoridades (DIÁRIO DO POVO, 18/1/2005.)

A situação é, aparentemente, auto-explicativa, no entanto o cotidiano das ações que ingressam na dinâmica da máquina estatal revelam, a grosso modo, uma teia de interesses diversos e complexos: a tão flagrante desorganização mencionada pelos gestores é, ao que parece, mais um instrumento de promoção de interesses que, além de ocuparem grande parte dos espaços, imprimiram nestes a sua própria (de)organização, como geralmente se faz no ambiente doméstico.

É neste campo de complexidades que os Movimentos Sociais têm procurado influir. Nesse sentido, é importante identificar as margens de autonomia relativas ao Estado, responsável pela implementação de políticas sociais, na sua relação com os fatores que o produz, tendo em vista o reconhecimento das condições de influência dos movimentos sociais e demais forças internas e externas à organização burocrática estatal. A qualidade dessa influência pode atribuir maior ou menor importância à luta institucional neste campo, haja vista que, segundo Claus Offe, o Estado tem poder e autonomia relativos capazes de imprimir um caráter seletivo às suas ações políticas.

Claus Offe (1984, p. 149) centra suas análises no papel político do Estado, privilegiando o estudo das suas estruturas internas. Este é o ambiente em que, segundo

ele, se processam as ações seletivas (no caso, negativas) responsáveis pela exclusão dos interesses anti-capitalistas na ação estatal, comprovando o caráter de classe da dominação política. A seleção positiva é a que atua para garantir o atendimento dos interesses que beneficiem o capital no seu conjunto, em detrimento de políticas que favoreçam grupos específicos de capitalistas. A terceira seleção relaciona-se à necessidade contraditória que tem o Estado de, ao mesmo tempo, praticar e tornar invisível o seu caráter de classe, explicando Offe (1984, p. 163) que é através da aparente neutralidade de classe que o Estado exercita a dominação de classe, daí que adverte para a dificuldade de captar tais mecanismos em sua concretude.

Segundo dirigentes do MST, a execução do Projeto de Escolarização teve a sua execução permeada por variados problemas decorrentes da estrutura organizacional existente na SEDUC, dentre esses a extensão do trâmite das operações pertinentes a liberação dos recursos para a realização das ações. Outro fator de destaque no contexto dos problemas é a segmentação existente no interior das rotinas que integram a tramitação que, por sua vez, são constituídas por diversos comandos que funcionam como independentes entre si, de modo que cada sujeito participante da cadeia só domina os conhecimentos acerca da sua rotina particular, atribuindo-lhe um caráter aparentemente mecânico.

Funcionando desse modo subtende-se que a eficiência plena da máquina depende de comandos exteriores a ela, ou seja, de detentores do segredo do seu funcionamento. Partindo desse pressuposto, o MST em vários momentos realizou ações de mobilização com vistas a pressionar o Secretário visando agilidade de processos, ouvindo desse a explicação de que os problemas se deviam à falta de comprometimento dos técnicos na realização das suas atividades, contudo, diante dos compromissos formalizados os processos eram acelerados momentaneamente.

Em outros casos, alguns sujeitos da equipe de Supervisão da Educação do Campo da SEDUC, politicamente próximos ao MST, assumiam a realização de atividades que em tese não eram suas, com vistas na agilização dos processos tendo que para isso apreenderem os procedimentos utilizados e conseguiam como isso fazer dar andamento aos mesmos.

Enfim, este é um estudo em andamento que, no estágio em que se encontra, só permite a construção de algumas reflexões que apontam para a existência concreta de intencionalidades definidoras das rotinas que constituem os procedimentos administrativos empregados na máquina da SEDUC e que os mesmos, na medida em

que se tornam conhecidos, podem funcionar de modo diferenciado, de acordo com os interesses que os conduzem.

No contexto desta construção verifica-se que o caminho percorrido pelas reivindicações dos Movimentos Sociais é também o palmilhado na construção das mudanças desejadas, já que servem de veículo condutor dos novos valores e acompanham a demanda para além da porta de entrada das instituições estatais (o protocolo). Isso, então, passa a ser um desafio; já que a burocracia pretendida, de modelo gerencial, no contexto de um Estado que se torna progressivamente mínimo para as políticas sociais, sofre as determinações que geraram a demanda em questão.

Assim, as entranhas da máquina estatal devem ser olhadas como algo mais do que ambientes físicos frios, compostos por birôs, competentes funcionários e representantes (fiéis cumpridores de rotinas previamente determinadas) encarregados de levar os processos aos homens e mulheres politicamente orientados, que determinarão o atendimento ou não da reivindicação.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Márcia Regina, PIERRO, Maria Clara Di, MOLINA, Mônica Castagna, JUSUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (org). *Educação na reforma agrária em perspectiva*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

AVRITZER, Leonardo. *Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 562.

AZEVEDO, Janete M. Lins. *A educação como política pública*. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BENJAMIN, César, CALDART, Roseli Salette. *Projeto popular e escolas do campo – por uma educação básica do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2001.

BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel, NOSELA, Paulo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão*. São Paulo: Cortez, 2002.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *A nova LDB em questão*. Brasília, 2001.

CALDART, Roseli Salette, BENJAMIN, César. *Projeto popular e escolas do campo: por uma educação do campo*. Brasília (DF). Coleção Por uma Educação Básica do Campo, 2000, n 3.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 5 ed. São Paulo: Forense, 2001.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. Participação Social no Brasil Hoje. Disponível em http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/fsm2002/participacao_polis.html

FARIAS, Flavio Bezerra de Farias. *O estado capitalista contemporâneo*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 20001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo real*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E (orgs.). *Educação de jovens e adultos – teoria, prática e proposta*. 4 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ong's e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRADIA E ESTATÍSTICA, 2003.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. *Planejamento de Pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996.

MOLINA, Mônica Castagna, JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (org). *Por uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília, 2004.

MONLEVADE, João. *Educação pública no Brasil: contos e descontos*. Ceilândia, DF: Idéia, 1997.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PAGOTO, Claudete. *Movimentos e práticas sociais no jogo das transformações político-econômicas*. Revista Espaço Acadêmico, n 57, fevereiro/2006, Ano V.

PIAUI, Secretaria de Estado da Educação e Cultura. *Plano de Ação*, 2004.

_____. _____. Relatório de atividades – janeiro a julho/2003, p. 8.

_____. Secretaria de Comunicação Social. Fundamentos. Ano I, nº 8. Teresina, 11/4/2004.

Diário Oficial. Ano LXXIII – 114 da República, 2 de agosto de 2004.

_____. Ano LXXII – 114 da República, 9 de junho de 2003.

RICCI, Rudá. *Movimentos sociais rurais nos anos 90*. Diálogos: Revista Eletrônica de História, v. 2. n 1, outubro/2001. Disponível em <http://www.fcs.ucr.ac.cr/~historia/articulos/movsosb.htm>

SALERMO, Soraia Chofic El Kfourri. *Políticas sociais e a redefinição do papel do estado*. Revista Mack, 2005, p.171.

SILVA, Ilse Gomes. *Democracia e participação na 'reforma' do Estado*. São Paulo: Cortez, 2003.

TELLES, Vera da Silva. *Os sentidos da destituição, em cidadania e pobreza*. São Paulo, 2001.